



Apuração de custos a serviço da gestão municipal: um levantamento nas escolas municipais de ensino fundamental

Davi Winder Catelan (UEL) daviwindercatelan.ecae@gmail.com
Letícia Fernandes de Negreiros (UEL) leticia_negreiros@hotmail.com
Saulo Fabiano Amâncio-Vieira (UEL) saulo@uel.br

Resumo:

Este trabalho possui como objetivo comparar os custos, desempenho e estrutura das diferentes unidades escolares de ensino fundamental da cidade de Tamara/PR. O referencial teórico aborda a gestão municipal e seus desafios, a partir da descentralização da gestão pública, bem como o perfil do município. A presente pesquisa caracteriza-se como descritiva, de abordagem quantitativa, desenvolvida via estudo de caso. Como resultado, observa-se que os alunos do ensino fundamental representam 75,65% dos estudantes atendidos com recurso municipal. No que tange ao custo, há certa igualdade entre o custo direto das escolas, cuja média é de R\$258,61 por aluno. Enquanto se tem uma escola em que o aluno custa R\$ 226,62, outra escola atinge o valor de R\$ 290,03 por mês. Das duas escolas municipais que possuem nota no IDEB, verificou-se que a escola com maior pontuação é a que possui, entre elas, o menor custo/aluno.

Palavras chave: Gestão Pública, Gestão Municipal, Custos, Ensino fundamental, Desempenho.

Measuring costs for municipal management service: a survey in municipal elementary schools

Abstract

This research aims to compare the costs, performance and structure of the different units of elementary school students from the city of Tamara / PR. The theoretical approaches to municipal management and its challenges, from the decentralization of public administration as well as the profile of the city. This research is characterized as descriptive, quantitative approach, developed through case study. As a result, it is observed that the elementary students represent 75.65% of the students met with local resource. Regarding the cost, there is a certain equality between the direct cost of schools, whose average is R \$ 258.61 per student. Whilst we have a school in which the student costs U.S. \$ 226.62, another school reaches the value of R \$ 290.03 per month. The two municipal schools that have note in IDEB, it was found that the school with the highest score is the one that has, among them the lowest cost / student.

Key-words: *Public Management, Municipal Management, Costs, Elementary, Performance.*

1 Introdução

Foi durante o processo de redemocratização brasileira ocorrido mais vigorosamente durante a década de 1990 que observou-se uma reforma na estrutura do Estado e mais especificamente da administração pública. A descentralização da gestão pública legitimada pela Constituição Federal de 1988, foi uma característica marcante desta transição, o que transferiu muitas das funções cabíveis a esfera federal para a responsabilidade estadual e municipal (ROCHA, 2009).

Em tese, essa transferência de atribuições resultaria em uma maior autonomia política das prefeituras incumbindo-as de implementar políticas públicas de forma mais transparente e ágil em áreas como saúde e educação. O objetivo era a formação de um governo mais próximo de seus cidadãos e que correspondesse com as suas necessidades.

À vista disso, é necessário que a gestão municipal disponha de mecanismos necessários para alcançar as melhorias dos setores que estão sob sua incumbência. Como exemplo de setor que está a cargo dos municípios tem-se o sistema educacional, ficando sob responsabilidade dos municípios a maior parcela dos alunos que frequentam o Ensino Fundamental (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2013).

Os impactos de um sistema educacional de qualidade são profundos. É por meio da educação que se assegura um desenvolvimento econômico, cultural e social. Se faz necessário então, um aprofundamento nos estudos acerca dos insumos que influenciam o cotidiano escolar, tais como a experiência dos professores e estrutura das escolas, por exemplo (ALBERNAZ; FERREIRA; FRANCO, 2002).

Neste sentido, este artigo busca demonstrar como a contabilidade de custos pode contribuir para o planejamento, o controle e a avaliação das decisões dos gestores, que também acaba por refletir na qualidade do ensino e em maior acesso de informações à população. Entende-se, assim, que com o conhecimento dos custos educacionais por escola as decisões gerenciais podem ser melhor embasadas no sentido de buscar, cada vez mais, diminuir as disparidades entre as escolas e, principalmente, entre o desempenho dos alunos.

Assim sendo, o presente trabalho possui como objetivo central comparar os custos, desempenho e estrutura das diferentes unidades escolares de ensino fundamental da cidade de Tamara/PR. Elaborou-se, ainda, os seguintes objetivos específicos: (a) levantar os custos educacionais por unidade escolar; (b) descrever os custos das escolas municipais; (c) realizar uma avaliação preliminar sobre as relações entre custos das escolas e o desempenho escolar.

A presente pesquisa segue os mesmos procedimentos de uma pesquisa realizada no município de Londrina desenvolvida no âmbito do Projeto Programa Anual de Fiscalização – PAF Social, promovido pelo Tribunal de Conta do Estado do Paraná (TCE) em convênio com a Universidade Estadual de Londrina, entre os anos de 2011 e 2012 (CARVALHO; BORINELLI; SUGUIHIRO; VIEIRA; NEGREIROS, 2012).

Utilizou-se como base o estudo realizado em Londrina, por este aplicar uma metodologia de custeio direto para mensurar o Custo Aluno nas escolas. Esta forma de cálculo é pouco explorada e mostrou-se mais adequada à pesquisa feita em Tamarana- PR.

Este artigo é composto em cinco partes. Sendo a primeira referente a introdução, a segunda ao referencial teórico embasado na Gestão Municipal e no Perfil do município de Tamarana. Em seguida são apresentados os procedimentos metodológicos, na sequência a análise dos resultados e por fim são apresentadas as considerações finais.

2 Referencial teórico

O referencial teórico aborda a Gestão Municipal e o Perfil do município de Tamarana.

2.1 A Gestão Municipal

A descentralização da gestão pública, resultante da Constituição Federal de 1988, deu maior autonomia política e administrativa as prefeituras, tendo por objetivo a otimização e transparência dos recursos públicos (ROCHA, 2009).

Com maior independência política, a gestão municipal passou a ter maiores atribuições sobre o Poder Executivo, ficando a seu dever as funções políticas, administrativas e executivas. Coube às prefeituras, como principais desafios, planejar e traçar objetivos e diretrizes para a formulação de políticas públicas; controlar e fiscalizar a movimentação de recursos; coordenar e auxiliar os órgãos municipais em suas responsabilidades; orientar outros atos administrativos; e, por fim, articular-se com instituições públicas e privadas visando apoio ao desenvolvimento local (BRASIL, 2008).

Como resultado, a municipalização dos serviços públicos remeteu recursos advindo do governo federal aos municípios sujeitando-os a um maior controle de suas finanças, sendo que muitos não estavam preparados para tal responsabilidade. Quando se trata do gerenciamento das finanças públicas, nos municípios menores a situação se agrava, uma vez que, com poucos recursos, a falta de conhecimento, de recursos humanos e de ferramentas gerenciais é maior (SANTOS, 2004).

Essas falhas, segundo Corrêa(2004), poderiam ser amenizadas se houvesse um maior planejamento por parte da gestão das prefeituras.

Não obstante, a falta de planejamento e conhecimento são obstáculos presentes na administração pública dos municípios. Os procedimentos de licitação, por exemplo, são feitos quando nota-se a falta de algum material ou serviço, a esta altura, alguns setores já não estão operando com plena capacidade. Vê-se assim uma postura muito mais reativa do que voltada à antecipação e planejamento das ações. Deste modo, é importante que as prefeituras tenham conhecimento apropriados de gestão e compreendam as particularidades de cada setor a que estão incumbidas para que haja um planejamento eficaz (CORRÊA, 2004).

A falta de visão estratégica é outro problema frequente na gestão administrativa dos municípios. Motta (2004) explica que grande parte dos funcionários públicos é pouco proativa e adotam uma postura quase nada voltada a resultados no longo prazo. A tomada de decisões, muitas vezes, é feita com base em experiência de trabalho e concepções pessoais ao invés de conhecimento.

Nesse sentido, muitas decisões são tomadas pelo 'comodismo histórico' sem que haja informações que subsidiem esse processo. Por isso, muitos defendem a questão da transparência e da participação social como meio de pressão por decisões mais racionais, ou mais, justificáveis.

Um dos marcos para a maior envolvimento dos cidadãos no processo das políticas públicas foi a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – Lei Complementar nº 101 – entrou em vigor em 4 de maio de 2000 e surgiu com o propósito de reforçar a necessidade de uma gestão com mecanismos de maior controle e planejamento nas contas públicas municipais. A LRF é uma ferramenta voltada à transparência e fiscalização, reforçando o papel da atividade de planejamento e, mais especificamente, a vinculação entre o planejamento e a execução do gasto público. Essa lei prevê ainda uma maior divulgação e participação popular no controle das finanças municipais, penalidades aos descumprimento de metas e limite nas despesas das prefeituras (BRASIL, 2000).

No entanto, Rezende e Castor (2005) salientam a importância de que os gestores municipais saibam que a alocação eficiente dos recursos para uma organização pública não prioriza o lucro, se diferenciando das organizações privadas. Justiça, equidade e o equilíbrio social, político e ambiental, conforme ressaltam os autores, são outros pontos relevantes e de igual importância que meramente o lucro. Ao partir destes pressupostos é que será construído um modelo de gestão competente e responsável para que as prefeituras atendam as reais necessidades de seus cidadãos.

2.2 Perfil do município de Tamara

Em 13 de dezembro de 1995, através da Lei Estadual nº 11.224, a cidade de Tamarana foi desmembrada de Londrina. Com forte apelo dos moradores, sendo um dos últimos municípios do Estado, foi emancipada. O município de Tamara, localiza-se na mesorregião do Norte Central do estado do Paraná e faz parte da região metropolitana de Londrina. Possui uma área de 472,153 km² representando 0,2369% do estado, 0,0838% da região e 0,0056% de todo o território brasileiro. Sua população estimada em 2012 era de 12.647 habitantes. (PREFEITURA DE TAMARANA, 2014)

Com respeito a seus indicadores socioeconômicos, a cidade possuía em 2010 um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,621 e um Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R\$12.747,82 (IBGE, 2011).

Sobre a estrutura do ensino no município, cerca de 67% das unidades escolares possuem bibliotecas e internet, 33% possuem laboratório de informática, 44% possuem quadra de esportes e 89% fornecem merenda a seus alunos. A respeito dos alunos, 70% diz que seus pais frequentam regularmente as reuniões com professores, 97% são incentivados pelos pais a estudarem, 34% alegam terem sido reprovados ao menos uma vez. Sobre os professores, todos possuem formação no Ensino Superior, sendo que 20% desses profissionais possuem Especialização. Cerca de 40% por cento dos professores têm experiência docente variando entre 10 a 14 anos, 53% dos professores de Tamarana trabalham com carga horária de 40 horas semanais e 50% dos professores recebe entre 5 e 7 salários mínimos. Os dados referem-se ao ano de 2011 (QEDU, 2014).

Nesse mesmo ano, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Ensino Fundamental, anos iniciais, da cidade era de 5,0. Apesar de estar acima da média estipulada pelo governo de 4,5, apresentou uma queda de 7% em relação ao ano anterior do cálculo do IDEB, em 2009, quando a nota era de 5,4 (PORTAL IDEB, 2014).

3 Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa caracteriza-se como descritiva, de abordagem quantitativa, desenvolvida via estudo de caso. Define-se como descritiva, pois descreve os dados e fatos relacionando-os a um fenômeno; e quantitativa, por fundamentar a comparação da realidade dos custos, da estrutura e do desempenho das escolas de ensino fundamental do município de Tamarana/PR, sendo esta a unidade de análise do presente estudo.

Tal fato implica um maior detalhamento dos custos educacionais, uma vez que o município segue a exigência do Tribunal de Contas do Estado em declarar apenas o custo agregado referente à subfunção Educação Básica, e desta forma não chega-se ao conhecimento do valor alocado por escola.

Vale ainda ressaltar que os gastos da Administração geral do Departamento de Educação foram considerados como custos indiretos por não incidirem diretamente às escolas, sendo assim, estes foram apropriados ao final. Outro ponto, é que para o estudo trabalhou-se

exclusivamente com custos, por serem recorrentes e, portanto, passíveis de comparação; sendo ignorados os investimentos com o ensino fundamental.

Deste modo, para a viabilidade deste estudo foram realizados inicialmente contatos telefônicos e via e-mail com a Secretaria da Educação de Tamarana. O primeiro contato, por telefone teve como objetivo explicar o trabalho e o modo como o mesmo seria realizado.

Após o consentimento da pesquisa, houve uma explicação de como deveriam proceder no preenchimento da planilha conforme metodologia desenvolvida por Carvalho *et al* (2012). Esta planilha continha tanto dados técnicos sobre a educação do município, especialmente sobre o ensino fundamental (como o número de alunos, de professores, anos de experiência dos professores, funcionários entre outros), quanto dados referentes aos principais custos educacionais (valores ligados à pessoal e merenda). É importante destacar que os dados solicitados tinham como foco sua vinculação cada unidade escolar.

Tem-se ainda que para uma melhor compreensão os custos diretos totais analisados foram divididos em três categorias: custos pedagógicos (salário de professores e material de consumo), custos administrativos (outros funcionários e Manutenção) e custos sociais (gêneros alimentícios, mão de obra cozinha e transporte). Os custos totais foram somados e divididos pelo número de alunos de cada escola, encontrando assim o custo/aluno de cada unidade.

Além disso, utilizou-se o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) disponibilizado pelo portal do Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para mensurar o desempenho dos alunos de cada unidade escolar.

Dessa forma foi possível levantar o custo por aluno e o desempenho das três unidades escolares do município, os quais foram sintetizados e calculados em planilha do Excel. Vale ressaltar que todos os dados foram do ano de 2011 e que as etapas da coleta de dados ocorreram de Maio a Julho de 2013.

4 Apresentação e Análise dos Resultados

A apresentação dos resultados está dividida nos seguintes tópicos: Descrição da pesquisa; Análise dos Custos; e Análise de Desempenho. Convém citar que os presente resultados baseiam-se no relatório técnico elaborado por Amâncio-Vieira *et al.* (2013).

4.1 Descrições da pesquisa

No quadro a seguir, apresenta-se o número de alunos concluintes nas escolas do município de Tamarana e a representatividade em cada categoria.

CATEGORIA	NÚMERO DE ALUNOS	REPRESENTATIVIDADE
Educação Infantil	94	7,92%
Fundamental (1º ao 5º ano)	898	75,65%
Fundamental (6º ao 9º ano)	0	0%
EJA (Educação de Jovens e Adultos)	34	2,86%
Outros Alunos atendidos pelo município	161	13,56%
Total de Alunos	1187	100%

Fonte: elaborado pelos autores.

Quadro 1 - Total de alunos por categoria e sua representatividade.

A partir dos dados apresentados destaca-se o Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) com 898 alunos, representando 75,65% do total, ou seja, a maior parte da parcela atendida pelo município concentra-se nesta categoria. Porém quando levado em consideração o número total de alunos atendidos pelo município esse número sobe para 1187 estudantes.

A seguir, o Quadro 2 lista as 3 escolas de Ensino Fundamental Municipal de Tamarana e seus respectivo número de alunos:

NOME DA ESCOLA		NÚMERO DE ALUNOS CONCLUINTES
1	BERNARDES E R M PRES ED INF ENS FUND	125
2	ENES BARBOSA E R M ED INF ENS FUND	96
3	IRACEMA T ROCHEDO E M PROFA E I E FUND	677
TOTAL		898

Fonte: elaborado pelos autores.

Quadro 2 - Nome das escolas e número de alunos do Ensino Fundamental de Tamarana.

Através da tabela observa-se que existe uma certa assimetria no porte das escolas. A escola Iracema T. Rochedo, por exemplo, possui 677 alunos no ensino fundamental, já a escola Enes Barbosa atende apenas 96. Os custos dessas escolas, juntamente com o IDEB serão estudados neste trabalho

4.2 Análises dos Custos

Dividiram-se os custos nos seguintes itens: Professores, Mão-de-Obra (Cozinha), Gêneros Alimentícios, Outros funcionários, Transporte, Material de consumo e Manutenção. A seguir um extrato da planilha construída para apuração dos custos das unidades escolares, com valores mensais:

NOME DA ESCOLA		CUSTOS MENSAIS - 2011						
		PROFESSORES (com 13 ° e férias)	MÃO DE OBRA DA COZINHA (com 13° e férias)	GENEROS ALIMENTÍCIOS	OUTROS FUNCIONÁRIOS (com 13° e férias)	TRANSPORTE	MATERIAL DE CONSUMO	MANUTENÇÃO
1	BERNARDES E R M PRES	R\$ 11.314,06	R\$ 1.813,73	R\$ 583,33	R\$ 1.118,59	R\$ 13.369,17	R\$ 86,99	R\$ 41,92
2	ENES BARBOSA E R M	R\$ 14.877,58	R\$ 1.075,57	R\$ 448,00	R\$ 1.075,57	R\$ 10.267,52	R\$ 66,81	R\$ 32,19
3	IRACEMA T ROCHEDO E M	R\$ 85.755,09	R\$ 3.810,20	R\$ 4.823,00	R\$ 7.958,49	R\$ 72.407,41	R\$ 471,18	R\$ 227,02
TOTAL MENSAL		RS 111.946,72	RS 6.699,50	RS 5.854,33	RS 10.152,64	RS 96.044,10	RS 624,98	RS 301,13
TOTAL ANUAL		RS 1.343.360,67	RS 80.394,00	RS 70.252,00	RS 121.831,73	RS 1.152.529,20	RS 7.499,76	RS 3.613,56
% do total		48,33%	2,89%	2,53%	4,38%	41,47%	0,27%	0,13%

Fonte: elaborado pelos autores.

Quadro 3 - Custo das unidades escolares

Primeiramente, é importante ressaltar que para aferir os valores mensais e o total anual referente à pessoal (professores, técnicos, mão de obra cozinha, segurança e outros) considerou-se também o valor referente ao 13º salário. A partir disso, os valores foram organizados da seguinte forma:

- Professores (48,33% dos custos das unidades escolares)

Foram listados os professores (somente os que estão em função na sala de aula) e técnicos administrativos (professores com funções administrativas), especificando a remuneração de cada um dos funcionários. Após essa etapa, as remunerações foram somadas de acordo com vinculação em cada unidade escolar. Para o valor mensal e anual desses profissionais considerou-se ainda a provisão para o 13º salário.

- Merenda (mão de obra e gêneros alimentícios 5,42%)

O custo com a merenda foi dividido em mão de obra e compra dos gêneros alimentícios. Para a mão de obra considerou-se o total da remuneração dos cozinheiros e auxiliar de cozinha de cada escola, e também somou a provisão para o 13º salário e férias.

Já para o cálculo do custo com gêneros alimentícios, consideraram-se os dados do demonstrativo sintético anual da execução físico-financeiro do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PNAE garante um valor que é repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino que está inserido. (BRASIL, 2014) Verificou-se, então, o custo médio de gêneros alimentícios por refeição (R\$ 0,54). Deste modo, multiplicou-se o custo médio de gêneros alimentícios por refeição (R\$0,54) no ano de 2011 pela quantidade de refeições servidas em cada unidade escolar, chegando ao valor por escola.

- Outros funcionários (4,38%)

O valor foi referente à remuneração de outros funcionários por escola. Para o cálculo, foram consideradas as seguintes funções: seguranças da escola, assistente de obras e limpeza, atendente de berçário, educador infantil, monitor de creche, tecnólogo de gestão pública e zelador. Para o valor mensal e anual desses profissionais considerou-se ainda a provisão para o 13º salário e férias.

- Transporte (41,47%)

Para calcular o valor mensal de transporte por escola, verificou-se no orçamento do município de Tamarana, por meio do TCE/PR, o valor anual total gasto com essa modalidade e dividiu-se por 12 para verificar o valor total mensal. Esse valor foi rateado por escola de acordo com o número de alunos de cada uma.

- Material de Consumo (0,27%)

O custo com material de consumo também foi obtido por meio do TCE/PR, referente aos valores liquidados do orçamento municipal de 2011. O valor anual foi dividido por 12 para verificar o valor total mensal. Esse valor foi rateado por escola de acordo com o seu número de alunos.

- Manutenção (0,13%)

Para a manutenção também foram considerados os valores repassados pelo TCE/PR. Esse valor foi rateado por escola de acordo com o seu número de alunos. Com a construção dos coeficientes técnicos foi possível estimar o Custo Direto por aluno, que consiste diretamente sobre o custo de manter o aluno estudando na escola.

	NOME DA ESCOLA	NÚMERO DE ALUNOS	CUSTO DIRETO
1	BERNARDES E R M PRES ED INF	226	R\$ 226,62
2	ENES BARBOSA E R M ED INF ENS FUND	96	R\$ 290,03
3	IRACEMA T ROCHEDO E M PROFA E I E FUND	677	R\$ 259,16
VALORES MÉDIOS		898	R\$ 258,61

Fonte: elaborado pelos autores.

Quadro 4 - Custo direto mensal por aluno.

Há certa igualdade entre o custo direto das escolas de Tamarana, cuja média é de R\$258,61. Enquanto se tem um mínimo de R\$ 226,62, atinge-se o máximo de R\$ 290,03.

Os custos diretos por escola também foram divididos em Custos Pedagógicos, Custos Sociais e Custos Administrativos, conforme demonstra o próximo quadro. Os Custos Pedagógicos compreendem os custos com Professores e Materiais de Consumo. Já nos Custos Sociais estão os custos com Mão de Obra Cozinha, Gêneros Alimentícios e Transporte. Assim, nos Custos Administrativos restam os custos com outros funcionários e Manutenção.

CLASSIFICAÇÃO	MÉDIA DO CUSTO / ALUNO (R\$)	REPRESENTATIVIDADE MÉDIA
CUSTOS PEDAGÓGICOS	R\$ 124,75	48,24%
CUSTOS SOCIAIS	R\$ 122,89	47,52%
CUSTOS ADMINISTRATIVOS	R\$ 10,97	4,24%
TOTAL	R\$258,61	100,00%

Fonte: elaborado pelos autores.

Quadro 05 - Divisão dos Custos Direto em Pedagógicos, Sociais e Administrativos.

De acordo com o Quadro 05, através do Custo Direto Médio, estimou-se os Custos Pedagógicos médio, Custos Sociais médio e Custos Administrativos médio. Percebe-se a maior parte ocupada pelos Custos Pedagógicos (48,24%), seguido dos Custos Sociais (47,52%), e depois os Custos Administrativos (4,24%).

4.3 Análises de Desempenho

Ao mesmo tempo em que são investidos recursos na educação do Ensino Fundamental por parte do governo, evidencia-se uma má distribuição dos mesmos. Com os dados apresentados procurou-se conhecer a realidade dessas unidades escolares, para que fosse possível relacioná-la com os gastos públicos.

É importante destacar que o desempenho escolar nesta pesquisa foi mensurado através do último Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) disponível, correspondente ao ano de 2011, disponibilizado pelo portal do Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

	NOME DA ESCOLA	IDEB	CUSTO DIRETO
1	BERNARDES E R M PRES ED INF ENS FUND	-	226,62
2	ENES BARBOSA E R M ED INF ENS FUND	3,4	290,03
3	IRACEMA T ROCHEDO E M PROFA E I E FUND	5	259,16
VALORES MÉDIOS		4,2	258,60

Fonte: elaborado pelos autores.

Quadro 6 - Nota das escolas no IDEB de 2011.

O IDEB não foi calculado na escola 1 - Bernardes - no ano de 2011, possivelmente por esta não ter atingido o número mínimo de alunos para realização do teste.

Analisando a relação entre os custos/aluno e o IDEB, entre as duas escolas que possuem índice de desempenho, verificou-se que a escola com maior nota no IDEB possui um Custo/aluno menor.

No entanto, são necessários outros estudos com análises estatísticas e temporais para que se possam fazer maiores inferências, dada a complexidade do fenômeno. Sabe-se que além do custo, outras variáveis apresentam influências no desempenho do aluno, tais como, grau de instrução dos pais, índices de violência, entre outros.

Os principais dados levantados pela pesquisa são apresentados na tabela 1 para comparação de valores médio, mínimo e máximo entre as duas cidades.

	n	Média	Valor Mínimo	Valor Máximo
Número de alunos	3	299,33	96	677
Professores graduados	3	11,667	4	27
Professores pós-graduados	3	17	4	42
Professores magistério	3	2,667	1	5
Média de experiência dos professores (anos)	3	8,24	7,85	8,77
Relação aluno por professor	3	10,588	8,727	13,889
Custos pedagógicos por aluno	3	R\$124,75	R\$91,21	R\$155,67
Custos sociais por aluno	3	R\$121,03	R\$119,71	R\$122,82
Custos administrativos por aluno	3	R\$10,97	R\$9,28	R\$12,09
Custo mensal direto por aluno	3	R\$258,60	R\$226,62	R\$290,03
IDEB	2	4,2	3,4	5

Fonte: elaborado pelos autores

Tabela 1 - Valores médio, máximo e mínimo.

Verifica-se então, que há uma certa variação entre os custos diretos por escola. Nos custos pedagógicos, por exemplo, a escola que possui o menor valor gastou o equivalente a R\$91,21 por estudante e a que gastou o maior valor R\$155,67.

Quanto à média de experiência dos professores, há uma maior semelhança entre as escolas pesquisadas. Sendo que n é o número de escolas apuradas.

È possível concluir também que existe certa desigualdade no desempenho dos alunos, uma vez que, uma das escolas tem nota 3,4 no IDEB e a outra nota 5. Lembrando que o IDEB não foi calculado em uma das escolas.

5 Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo comparar os custos, desempenho e estrutura das diferentes unidades escolares de ensino fundamental da cidade de Tamara/PR. O município apresentava no ano de 2010 uma população de 12.262 habitantes. Apesar de não ser considerado um município de grande porte, as informações aqui apresentadas são importantes para que se desenvolva junto aos demais municípios mecanismos para melhor gerenciamento não só no âmbito educacional, mas também em todos os serviços públicos. Essa contribuição é importante sobretudo aos municípios de pequeno porte, onde os poucos recursos podem não ser capazes de oferecer o conhecimento, recursos humanos e ferramentas necessário para uma gestão administrativa eficaz.

Quanto aos custos demonstrados, observa-se que a maior parte dos recursos financeiros é aplicada nos Custos Pedagógicos, que representam os gastos com professores e material de consumo, representando aproximadamente 48,24% do total dos custos. O Custos Sociais vem em seguida com 47,52% do total e por último os Custos administrativos com 4,24%.

Quando verifica-se o valor dos custos diretos mensais por aluno das escolas de Tamarana, percebe-se que não são tão divergentes entre si. Na escola Bernardes E. R. M., por exemplo, que possui o menor custo por aluno, o estudante do Ensino Fundamental, anos iniciais, custa aproximadamente R\$226,62. Já a escola Enes Barbosa apresenta um custo de R\$290,03 por aluno.

Nas análises de desempenho, a escola Bernardes E. R. M. não foi considerada por não possuir nota no IDEB de 2011. Observando as outras duas escolas, verificou-se que a escola com maior nota possui o Custo Direto menor. Esta pesquisa, apesar dos dados representados, não explica estes resultados, pois é necessário mais estudos fundamentados em análises estatísticas e temporais. Além disso, considerando o imperativo de evolução da gestão municipal, se faz necessário o entendimento da unidade escolar como um centro de custo, ou seja, que as contas possam ser organizadas visando o monitoramento, avaliação e gestão do gasto público nas unidades onde a ação educacional efetivamente acontece.

Por não existirem muitos estudos a respeito dos custos na educação, esse trabalho tem o intuito de auxiliar a gestão pública neste sentido. Ademais, pela realidade escolar tornar-se mais transparente, tal fato também pode incentivar a maior participação e controle social das políticas públicas.

Porém, vale ressaltar, que os resultados aqui apresentados são preliminares, e estão no intuito de fomentar iniciativas de gestão que auxiliem tanto o controle interno, como o externo.

Referências

ALBERNAZ, Â.; FERREIRA F. H. G.; FRANCO C.. **Qualidade e equidade na Educação Fundamental Brasileira**. Dep. Economia, Puc. Rio de Janeiro, RJ, 2002. p. 2

AMÂNCIO-VIEIRA, S.F. *et.al.* **Relatório Técnico do Projeto**: "Custos e desempenho de unidades escolares municipais: subsídios para um sistema de monitoramento e avaliação de escolas municipais do Estado do Paraná". 2013. Disponível em: < <https://sicm.dc.uel.br/publicacoes>>. Acesso em: 02 Jun.2014.

BRASIL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. PNAE**. 2014. Disponível em: < <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>> Acesso em: 17/05/2014.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Orçamento e Gestão. Lei de Responsabilidade Fiscal. Guia de orientação para as prefeituras**. Brasília, DF, 2000. p. 5-15. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/lrf/080807_PUB_LRF_guiaOrientacao.pdf>. Acesso em 15/05/2014.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Guia básico para gestão nos municípios**. Brasília, DF, 2008. p. 7-8. Disponível em:

<http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/seges/brasil_municipios/Inicio_18_12.pdf>.

Acesso em: 16/05/2014.

CARVALHO, S. C.; BORINELLI, B.; SUGUIHIRO, V. L. T.; VIEIRA, S. F. A.; NEGREIROS, L. F. Proposição de metodologia de apuração de custos de unidades escolares para fins de produção de indicadores de gestão de escolas do ensino fundamental (de 1º ao 4º ano): um estudo a partir da experiência da cidade de Londrina-PR. *In: TCE/PR. (Org.). Indicadores de Gestão Pública Municipal*. 1ed.: , 2012, v. , p. 15-128.

CORRÊA, V. L. de A.. Gerenciamento eficaz dos processos de contratações. VERGARA, S. C.; CORRÊA, V. L. de A.. **Gestão Pública municipal efetiva**. 2 ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011. **Cidades. Censos de 2010 e 2011**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=412667&idtema=16&search=parana|tamarana|sintese-das-informacoes>>. Acesso em: 20/05/2014.

MOTTA, P. R.. Gestão Estratégica. VERGARA, S. C.; CORRÊA, V. L. de A.. **Gestão Pública municipal efetiva**. 2 ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV 2004.

PREFEITURA DE TAMARANA. **O município**. Disponível em: <<http://www.tamarana.pr.gov.br/municipio.php>>. Acesso em: 21/05/2014.

PORTAL IDEB. **Ideb e seus componentes: Tamarana**. Disponível em: <<http://www.portalideb.com.br/cidade/892-tamarana/ideb?etapa=5&rede=municipal>>. Acesso em: 19/05/2014.

QEdU. **Contexto da educação: Tamarana**. Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/cidade/892-tamarana/contexto?rede=todas>>. Acesso em: 20/05/2014.

REZENDE, D. A.; CASTOR, B. V. J.. **Planejamento Estratégico Municipal: empreendedorismo participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas**. 2006. p 43-45.

ROCHA, Roberto. **A gestão descentralizada e participativa das políticas públicas no Brasil**. Revista Pós Ciências Sociais. v. 1 n. 11. São Luis, MA, 2009.

SANTOS, A. M. S. P.. **Descentralização e autonomia financeira municipal: a perspectiva das cidades médias**. Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 32, n. 3. Porto Alegre, RS, nov. 2004. p. 101-126.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **5 Metas**. Disponível em < <http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-no-brasil/numeros-do-brasil/brasil/?ano=2011>>. Acesso em: 22 jul. 2013.